



Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>

Ref.: PE Nº 90181/2024 - ROUPARIA HOSPITALAR - RECURSO ADMINISTRATIVO.

6 mensagens

I.p do valle <l.p.dovalle@hotmail.com>

3 de abril de 2025 às 14:22

Para: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

Boa tarde,

A **L P DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA**, inscrita no **CNPJ 37.981.565/0001-07**, com sede em Manaus/AM, encaminha, por meio deste e-mail, recurso administrativo, conforme anexo.

Destacamos, ainda, que não foi disponibilizado o comando necessário para o envio da nossa intenção de recurso, motivo pelo qual reforçamos nosso posicionamento neste e-mail.

Solicitamos a gentileza de acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Robson Vasconcelos Pessoa

Assistente de Licitação



Rua Promécio, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

----- Mensagem encaminhada -----

From: "/o=First Organization/ou=Exchange Administrative Group(FYDIBOHF23SPDLT)/cn=Recipients/cn=00064000043FDF0E" <IMCEAEX-
_o=First+20Organization_ou=Exchange+20Administrative+20Group+28FYDIBOHF23SPDLT+29_cn=Recipients_cn=00064000043FDF0E@lamprd80.prod.outlook.com>

To: "Núcleo de Atendimento" <atendimentosupel@gmail.com>

Cc:

Bcc:

Date: Tue, 1 Apr 2025 15:09:25 +0000

Bom dia,

A empresa L P DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA, inscrita no CNPJ 37.981.565/0001-07, com sede em Manaus/AM, vem, por meio deste, solicitar esclarecimentos sobre a impossibilidade de manifestar a intenção de recurso no sistema COMPRASNET.

Observamos que a opção para essa manifestação não está disponível para nossa empresa, conforme demonstrado na imagem em anexo. Diante disso, solicitamos orientações para a devida regularização, garantindo o exercício do direito previsto em lei.

GRUPO 1 | 34 itens

Fracassado (aberto para recursos)

Valor estimado (total) R\$ 2.797.030,0200

Minha proposta

Todas as propostas

Histórico de recursos

^ Fase recursal (Aberto para recurso até 03/04/2025)

Data limite para recursos03/04/2025

Data limite para contrarrazões08/04/2025

Data limite para decisão29/04/2025

^ Recursos e contrarrazões de outros fornecedores

48.937.333/0001-78

JB PONTES COMERCIO LTDA

Recurso: não registrado

00.556.225/0001-29

PRROUPAS CONFECOES LTDA

Recurso: não registrado

https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=508a33ef07&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1828406781498797134&simpl=msg-f:1828406781498797134&simpl=msg-a:r299828160994042838&simpl=msg-f:18284829...

2/7

ACUSAR O RECEBIMENTO

ATENCIOSAMENTE,

Robson Vasconcelos Pessoa

Assistente de Licitação



Rua Promécio, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

De: l.p do valle

Enviada em: quinta-feira, 14 de novembro de 2024 12:31

Para: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

Assunto: RES: REF. PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90181/2024 - REANÁLISE DE AMOSTRA

Boa tarde,

A empresa **L P DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **37.981.565/0001-07**, situada na cidade de Manaus/Am, vem através deste solicitar a reanálise de nossas amostras, conforme anexo.

Atenciosamente,

Robson Vasconcelos Pessoa

Assistente de Licitação



Rua Promécio, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

2 anexos



REF. PE 90181 - RECURSO ADMINISTRATIVO - ROUPARIA HOSPITALAR.pdf
178K



REF. PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90181/2024 - ROUPARIA HOSPITALAR - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO SOBRE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NO COMPRASNET..eml
147K

Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>
Para: "l.p do valle" <l.p.dovalle@hotmail.com>
Cc: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

4 de abril de 2025 às 08:29

Prezado licitante, bom dia.

Gostaria de informar, por meio deste comunicado, sobre a necessidade crucial de efetuar o registro da intenção de recurso e a submissão da peça recursal através da plataforma [compras.gov](https://compras.gov.br). Este procedimento é essencial para garantir a eficácia e a segurança no encaminhamento dos recursos, promovendo a eficiência, transparência e celeridade do processo.

Ressalto ainda que este e-mail não constitui um pedido de recurso válido. Para garantir uma resposta apropriada e a devida consideração do recurso, é imprescindível seguir o procedimento estabelecido por meio da plataforma.

No momento oportuno, o Licitante poderá apresentar seu recurso com as devidas alegações, garantindo eficiência, segurança e transparência na tramitação dos recursos.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

l.p do valle <l.p.dovalle@hotmail.com>
Para: Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>
Cc: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

4 de abril de 2025 às 10:33

Bom dia,

Entendemos a orientação sobre o procedimento para a manifestação e submissão de recursos via plataforma Compras.gov. No entanto, gostaríamos de reiterar que, no momento disponibilizado para a manifestação do recurso, o sistema não apresentava o comando necessário para realização do registro.

Ressaltamos que temos reportado constantemente essa dificuldade e permanecemos à disposição para esclarecer qualquer ponto adicional.

Atenciosamente,

Robson Vasconcelos Pessoa

Assistente de Licitação



Rua Promécio, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>
Para: "l.p do valle" <l.p.dovalle@hotmail.com>
Cc: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

4 de abril de 2025 às 11:39

Bom dia.

Em resposta à solicitação, informamos que, no momento da intenção de recurso, o sistema estava operando normalmente. Após o comando da pregoeira, foi iniciada a fase de intenção de recurso, a qual foi formalizada por duas empresas. Ao término dessa fase, na data da sessão, conforme documento anexo, foi possível verificar que, no dia 31 de março de 2025, às 13h31, estavam registradas apenas duas intenções de recurso no sistema.

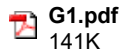
Destacamos que não é de competência desta Superintendência resolver questões relacionadas a falhas no sistema do Compras.gov, uma vez que, embora utilizemos a mesma plataforma, os comandos executados pelos pregoeiros e licitantes são distintos.

Caso o sistema não tenha apresentado o comando necessário para a realização do registro, o incidente tem que ser formalizado junto ao setor responsável, o Compras.gov, para a abertura de um chamado no momento em que o problema ocorreu.

Pois todas as ocorrências relacionadas a falhas do sistema devem ser direcionadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos Sistemas de Compras e pelo Portal de Crédito Digital – AntecipaGov.

Para tanto, os contatos podem ser feitos por meio do telefone 0800.978.9001 ou pelo Portal de Atendimento, acessível através do link: <https://portaldeservicos.economia.gov.br/>. O suporte está disponível de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 20:00 horas.

[Texto das mensagens anteriores oculto]



G1.pdf
141K

l.p do valle <l.p.dovalle@hotmail.com>
Para: Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>
Cc: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

7 de abril de 2025 às 09:22

Prezados,

Reitero, por meio deste, o pedido enviado via e-mail em 03/04/2025, solicitando que seja aceito como exercício do Direito de Petição, conforme previsto na legislação vigente.

Atenciosamente,

L P DO VALLE.



Rua Promício, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>
Para: "l.p do valle" <l.p.dovalle@hotmail.com>
Cc: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>

7 de abril de 2025 às 12:25

Prezado licitante, bom dia,

Informamos que o pregoeiro responsável está ciente das informações encaminhadas e que as mesmas foram devidamente encaminhadas ao responsável pelo pregão. Assim que possível, retornaremos o seu contato.

Recomendamos que acompanhe o andamento do pregão por meio da plataforma Comprasnet.

Permanecemos à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

48.937.333/0001-78	JB PONTES COMERCIO LTDA	Recurso: não registrado
00.556.225/0001-29	PRORROUPAS CONFECCOES LTDA	Recurso: não registrado

ACUSAR O RECEBIMENTO

ATENCIOSAMENTE,

Robson Vasconcelos Pessoa
Assistente de Licitação



Rua Promécio, nº 855
Vila da Prata
CEP: 69030-510
92 3234 8335/ 9 9116-5545
l.p.dovalle@hotmail.com

L. P. Do Valle Comércio e Fabricação de Roupas LTDA
CNPJ: 37.981.565./0001-07
Ins. Est. 05.422.048-3
Ins. Mun. 47326001

De: l.p do valle
Enviada em: quinta-feira, 14 de novembro de 2024 12:31
Para: Núcleo de Atendimento <atendimentosupel@gmail.com>
Assunto: RES: REF. PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90181/2024 - REANÁLISE DE AMOSTRA

Boa tarde,

A empresa **L P DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **37.981.565/0001-07**, situada na cidade de Ma

**Ilustríssima Senhora Pregoeira Marina Dias de Moraes Taufmann da
Superintendência Estadual de Compras e Licitações**

Pregão Eletrônico nº 90181/2024

Processo nº 0036.547611/2021-42

**Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Rouparia
Hospitalar (Enxoval)**

LP DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **37.981.565/0001-07**, com sede na Rua Promécio, 855, Vila da Prata - Manaus - AM. CEP: 69030-510, por intermédio de seu representante legal, que este subscreve, vem, respeitosamente e tempestivamente, nos termos do artigo 165, inciso I, apresentar

Recurso Administrativo

Contra decisão proferida nos autos do processo em epígrafe que registrou o fracasso do Grupo 01, bem como o registro da inabilitação da empresa LP DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA dos Grupos 01 e 02, conforme Termo de Julgamento nº 90181/2024.

Tempestividade

1. Nos termos do artigo 165, caput e incisos, da Lei nº 14.133/2021, bem como conforme demonstrativo disponível no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), plataforma na qual o certame licitatório em referência está sendo conduzido, o prazo para a apresentação de recursos expira em 03/04/2025, assim a presente interposição se dá de forma tempestiva, nos exatos termos da legislação vigente.

Razões recursais

2. A recorrente, com o objetivo de atender ao requisito de qualificação econômico-financeira previsto no edital, especificamente a exigência de capital social mínimo equivalente a 10% do valor total do objeto a ser contratado, procedeu à renúncia de determinados lotes por meio de manifestação no chat do Portal de Compras do Governo Federal, em atendimento à solicitação expressa do pregoeiro(a).

3. No entanto, a desistência não se revestiu das formalidades legais exigidas para a validade dos atos administrativos, tratando-se de mera liberalidade da licitante para viabilizar sua permanência na disputa dos lotes remanescentes. Ocorre que, ao não ser classificada nestes lotes, a recorrente encontra-se apta a cumprir a exigência econômica para aqueles itens dos quais renunciou momentaneamente.

4. Dessa forma, em razão do próprio andamento do certame, a recorrente torna-se novamente apta a participar dos lotes inicialmente renunciados, evidenciando que a exclusão definitiva desses itens não encontra respaldo nos princípios norteadores das

licitações públicas, em especial os da isonomia, competitividade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. Ademais, em observância aos princípios da celeridade, economicidade e eficiência que regem a atuação administrativa, a reanálise das propostas da recorrente para os lotes em questão representaria um benefício para a Administração Pública. Tal medida evitaria a necessidade de instaurar um novo procedimento licitatório, especialmente considerando que se trata de material de saúde de demanda essencial em grau primário. Além disso, garantiria a continuidade da contratação do objeto licitado, prevenindo atrasos em sua disponibilização à população e assegurando o cumprimento da função social da licitação, que deve estar voltada à entrega efetiva do bem ou serviço à coletividade.

6. Ressalte-se, ainda, o histórico probó da empresa recorrente, que sempre manteve suas entregas em dia perante todas as contratantes, circunstância que reforça sua idoneidade e capacidade técnica para a execução dos serviços nos lotes em questão.

7. Diante do exposto, requer-se a reconsideração da decisão que homologou a desistência dos lotes, assegurando-se a plena observância dos princípios e normas que regem as contratações públicas e garantindo-se a ampla competitividade do certame, em benefício do interesse público.

Princípios que fundamentam a revisão do ato administrativo

Princípio da Legalidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório

8. Nos termos do artigo 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está estritamente vinculada às normas estabelecidas no edital e na legislação aplicável, inexistindo, no instrumento convocatório, qualquer previsão que determine a irreversibilidade da renúncia de lotes por parte da licitante, tampouco se exige formalização específica para tal ato.

9. Dessa forma, a Administração não pode presumir restrições não expressamente estabelecidas, sob pena de violação ao princípio da legalidade, tornando-se imperiosa a revisão do ato para assegurar a participação da recorrente nos lotes anteriormente renunciados.

Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade

10. Nos termos do direito administrativo, a Administração deve atuar de forma razoável e proporcional na tomada de decisões, evitando medidas que criem obstáculos desnecessários à consecução do interesse público.

11. No caso em tela, a exclusão definitiva da recorrente, com base em uma renúncia informal e momentânea, configura um excesso desproporcional. Afinal, a licitante demonstrou capacidade técnica e econômico-financeira para executar o objeto, sendo que sua exclusão decorreu de um ajuste procedimental que não teve qualquer impacto material sobre sua aptidão para cumprir o contrato.

12. Assim, a reanálise da participação da recorrente nos lotes renunciados é medida que se impõe, garantindo a aplicação proporcional e razoável das normas licitatórias.

Princípio da Autotutela e da Eficiência

13. A Súmula 473 do STF e o artigo 71 da Lei nº 14.133/2021 estabelecem que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando aqueles eivados de ilegalidade ou revendo decisões que possam comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa.

14. A correção do ato administrativo que excluiu indevidamente a recorrente é essencial para garantir a eficiência e a economicidade na contratação. A reintegração da licitante evitaria custos administrativos desnecessários e a eventual necessidade de um novo certame, assegurando que o objeto seja adjudicado no menor tempo possível, sem prejuízo ao interesse público.

Princípio da Função Social da Licitação

15. O artigo 11, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação deve ser conduzida de forma a garantir a entrega do objeto à sociedade de maneira eficiente e vantajosa. A exclusão da recorrente, sem justificativa plausível, pode comprometer a execução do contrato, resultando em atrasos ou na necessidade de um novo processo licitatório, o que seria contrário ao interesse público.

16. Além disso, a recorrente possui um histórico probo e regular de cumprimento contratual, sempre atendendo suas obrigações junto à Administração Pública, o que reforça sua aptidão para a execução do objeto e justifica a sua readmissão na disputa.

Requerimentos

Diante de todo o exposto, requer-se:

O recebimento da petição como recurso administrativo, nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, para que seja processado e julgado pela autoridade competente;

Alternativamente, o recebimento da petição como direito de petição constitucional (artigo 5º, XXXIV, alínea a, da Constituição Federal), com a consequente análise do pleito e emissão de decisão fundamentada;

A suspensão dos efeitos da decisão impugnada até o julgamento definitivo do requerimento, a fim de evitar prejuízos irreparáveis à licitante e à própria Administração Pública.

A reconsideração da decisão que considerou a desistência dos lotes renunciados, reconhecendo a aptidão da recorrente para cumprir as exigências editalícias e sua reintegração ao certame;

O retorno do procedimento licitatório à fase anterior, permitindo a reanálise das propostas da recorrente nos lotes originalmente renunciados, em observância aos princípios da celeridade, razoabilidade, economicidade e eficiência, assim como preservando o interesse público, evitando a necessidade de instauração de um novo procedimento licitatório e garantindo a entrega célere do objeto contratado à sociedade.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Porto Velho, 03 de abril de 2025.

L P DO VALLE COMERCIO E FABRICACAO DE ROUPAS
LTDA:37981565000107

Assinado de forma digital por L P DO
VALLE COMERCIO E FABRICACAO DE
ROUPAS LTDA:37981565000107
Dados: 2025.04.03 13:58:42 -04'00'

L P DO VALLE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE ROUPAS LTDA
CNPJ nº 37.981.565/0001-07